

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA
DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Gleyci Kelli Monteiro Barbosa de Oliveira
Paulo César de Oliveira

DESVALORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO TEATRAL RECIFENSE PELA POPULAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do certificado de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Políticas Públicas.

Monitor(a): Táli Pires

São Paulo
Março/2015

APRESENTAÇÃO

EQUIPE

Gleyci Kelli Monteiro Barbosa de Oliveira

Paulo César de Oliveira

PROBLEMA

Desvalorização da produção teatral recifense pela população

ATOR QUE DECLARA O PROBLEMA

Prefeitura da Cidade do Recife

JUSTIFICATIVA

Percebemos na cidade do Recife, a grande dificuldade que os produtores de teatro local enfrentam para atrair a população recifense para o teatro. Por outro lado, a população se encanta e lota os teatros para conferir as produções que vem de outros estados, ou que foram criadas com base em espetáculos de fora do país.

Produzir teatro no Recife é muito difícil, principalmente quando encontramos uma falta de incentivo público da Prefeitura Municipal, no que se refere a financiamento de espetáculos produzidos por grupos locais. A criação de um fundo municipal de cultura, que destine recursos do orçamento municipal para o apoio às produções locais, e a criação de um sistema de incentivo fiscal para empresas apoiadoras do teatro local, são caminhos que a administração municipal devem seguir para resolver este problema.

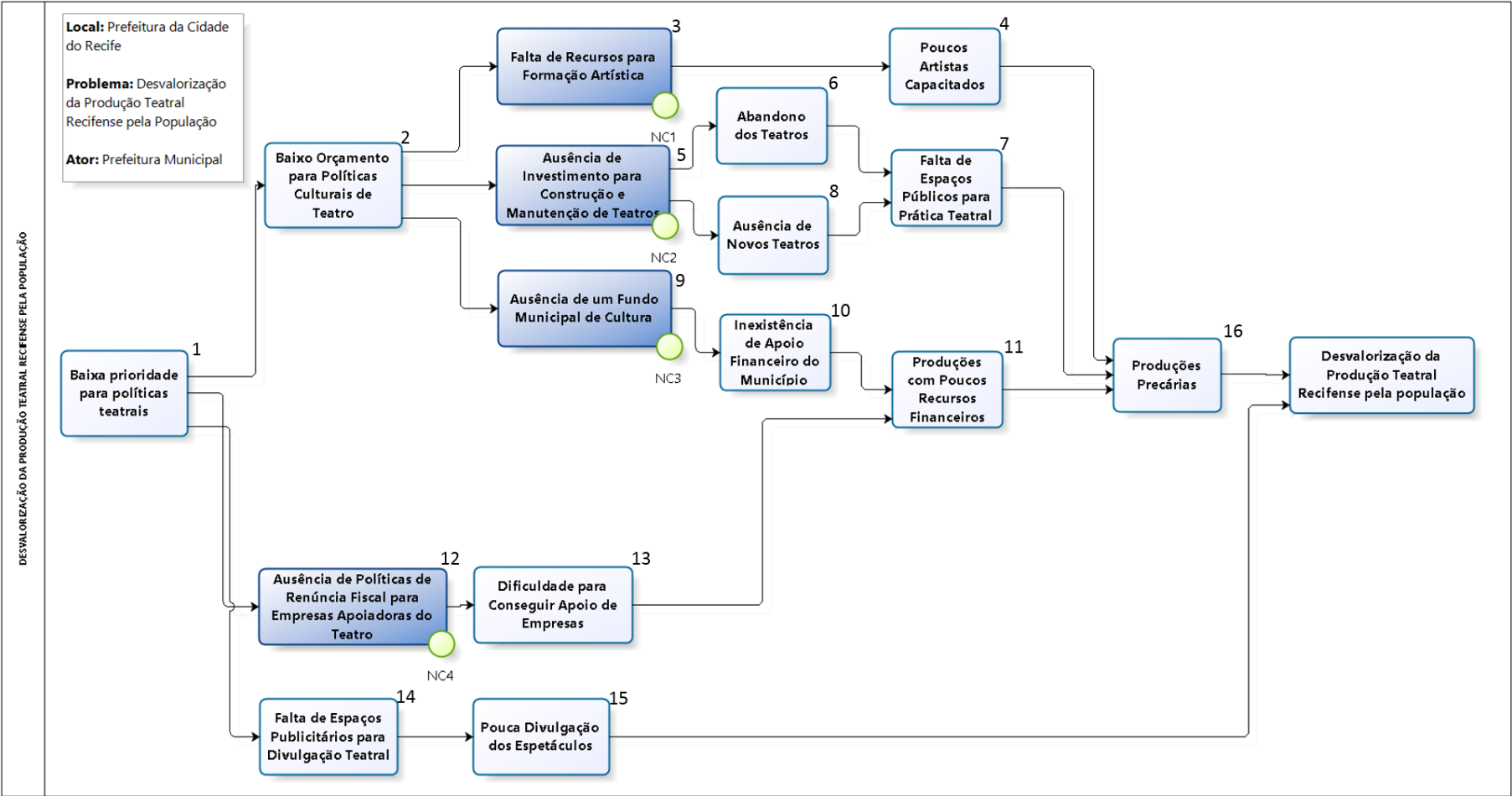
Além da falta de financiamento, a falta de espaços públicos para a prática teatral, percebida através o abandono dos teatros existentes na cidade e pela falta de criação de novos teatros na cidade, é outro problema cuja solução pode contribuir com a resolução do problema. A falta de espaços publicitários direcionados à área cultura, para que os produtores locais possam divulgar com um maior alcance é outro impedimento para o sucesso das produções. A falta de investimento em formação artística, com a existência de apenas uma escola de artes no município e poucas vagas disponíveis, existem poucos artistas profissionais na cidade,

contribuindo para a manutenção do problema.

Com tudo isto, notamos uma precariedade das produções locais, o que reflete na falta de interesse da população por estes espetáculos. Isto tudo é percebido pelo esvaziamento das plateias. Sabemos que o teatro não apenas leva a cultura para a população, mas promove educação, saúde, geração de emprego e renda, diminuição da violência, envolvimento da juventude etc.

As ideias liberais prezavam pela incapacidade brasileira (local) em produzir algo com qualidade, seja na área cultura, tecnológica, cinematográfica, etc. Apenas o que vinha de fora era valorizado e incentivado. Trazendo esta ótica para a produção de teatro, percebemos que o incentivo à produção teatral local é uma forma de enfrentamento a estas ideias antiquadas, e também, é uma forma de mostrar que nossa cidade tem capacidade para produzir espetáculos de grande qualidade, bastando pra isso, ter condições financeiras e espaços adequados para o mesmo.

FLUXOGRAMA EXPLICATIVO DA SITUAÇÃO PROBLEMA



COMENTÁRIOS ANALÍTICO-CONCEITUAIS SOBRE OS NÓS

NÓS EXPLICATIVOS

NE 1: Baixa Prioridade para Políticas Teatrais

A participação orçamentária do teatro local no orçamento municipal demonstra que não existe uma prioridade para políticas públicas de teatro na cidade. Priorizar as artes cênicas é apoiar um componente vital para a garantia dos direitos sociais da educação, do trabalho e do lazer. Priorizar com esta visão, garantirá um apoio eficaz às produções locais, gerando emprego e renda, formação profissional, educação, lazer, e levando a população a se distanciar dos fatores que geram envolvimento com drogas, com a violência, aumentando a segurança pública. Planejar e priorizar o teatro local, é priorizar uma gestão para as pessoas, uma gestão de esquerda.

NE 2: Baixo Orçamento para Políticas Culturais de Teatro

Vemos que ano a ano, o orçamento de cultura na cidade do Recife tem diminuído. Segundo o Plano Municipal de Cultura do Recife (2009-2019), em 2007, aproximadamente 4% do orçamento municipal foi destinado à Cultura. Em contrapartida, em 2013, segundo dados do Lei Orçamentária Anual do Município do Recife 2013 (LOA 2013), apenas 1,70% teve o mesmo fim. Além disso, segundo a LOA 2013 e LOA 2014, o orçamento da cultura do Recife teve uma queda de mais de 16%, o que afeta diretamente as Artes Cênicas, segundo maior segmento cultural. Considerando ainda que o teatro recebe apenas parte da fatia da cultura, e parte pequena por sinal, podemos verificar que não existe uma política de valorização teatral na cidade, o que ocasiona um baixo orçamento para políticas culturais de teatro no Recife. Como consequência, vimos em 2014 o cancelamento de um dos eventos mais importantes da área na cidade, o Festival Recife do Teatro Nacional, que passa a ter sua realização a cada dois anos, sem diálogo algum com a classe teatral.

NE 4: Poucos Artistas Capacitados

O número de artistas de teatro profissionais recifenses é muito pequeno em relação ao total de artistas amadores existentes. Segundo o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões no Estado de Pernambuco (SATED-PE), existem apenas 2.520 artistas de teatro profissionais no Estado de Pernambuco. Devido a não existência de uma entidade dedicada

exclusivamente a artistas de teatro de Recife, não há dados apenas da cidade, porém, pelo pequeno número de artistas profissionais no estado, podemos inferir que o número de artistas recifenses profissionalizados, também é pequeno. A falta de formação artística promovida pela prefeitura é um dos fatores que causam esta defasagem artística nas produções locais. A falta de artistas capacitados pode provocar a produção de espetáculos sem qualidade. O fato é que Recife vive uma proliferação de conjuntos teatrais que são um mix de grupos teatrais, companhias e produtoras que se dizem profissionais, muitos destes, frutos do encontro entre estudantes e ex-alunos da única escola de artes da cidade, a Escola Municipal de Artes João Pernambuco, e do único curso universitário de artes cênicas no Estado, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Há registros que existem centenas de grupos teatro nesta situação no Recife. A Escola Municipal de Artes João Pernambuco abre aproximadamente 300 vagas semestrais para formação de atores, o que é um número muito aquém se compararmos com a quantidade de atores amadores na cidade. A ampliação da Escola Municipal de Artes João Pernambuco e a criação de novas escolas de arte na cidade, vai ampliar a possibilidade de formação profissional em artes para os artistas, fazendo com que, após o período de formação, estes artistas possam proporcionar maior qualidade para as produções que participarem. Isto faz com que a população da cidade tenha maior interesse em prestigiar os espetáculos locais compostos por artistas capacitados profissionalmente em artes cênicas. Com a resolução deste problema, a prefeitura terá um respaldo político muito bom, aproximando os artistas da gestão por se sentirem valorizados e apoiados, bem como da população que vai perceber o esforço e interesse da gestão, em apoiar, incentivar e investir nos artistas, proporcionando mais lazer e cultura para o povo recifense.

NE 6: Abandono dos Teatros

O Recife conta apenas com 6 teatros públicos para abrigar as produções teatrais: Teatro do Parque, Teatro de Santa Isabel, Teatro Luiz Mendonça, Teatro Barreto Júnior, Teatro Apolo e Teatro Hermilo Borba Filho. Porém um deles, o Teatro do Parque, está fechado para reforma há 4 anos, sem nem ter iniciado a obra, o que demonstra o total abandono da gestão com os teatros da cidade. Além disso, o Teatro Barreto Júnior, o Teatro Apolo e o Teatro Hermilo Borba Filho, possuem estruturas precárias e que estão defasadas e mal cuidadas há muitos anos. Isto colabora negativamente para as produções locais, visto que o público não se sente bem em prestigiar espetáculos em teatros ruins, fazendo com que ou o público seja menor, devido aos que já conhecem o teatro, ou passe a ser menor depois de conhecerem aquela

estrutura pela primeira vez. Portanto, o abandono dos teatros é um dos fatores que colabora negativamente com as produções locais, fazendo com que o público desvalorize-as.

NE 7: Falta de Espaços Públicos para Prática Teatral

A ausência de espaços públicos com acesso às produções teatrais locais é mais um motivo para a precariedade das produções. O processo para conseguir uma pauta para apresentação é muito burocrático o que faz com que as produções procurem os teatros particulares e gastem dinheiro com estas pautas, ao invés de investirem nas produções, em cenário, figurino etc. A dificuldade em conseguir um espaço público para apresentação de espetáculos é um dos maiores problemas enfrentados na produção de um espetáculo. Dezenas de produções teatrais ficam em cartaz no Recife a cada final de semana. A maioria dessas, são montagens modestas, que ocupam teatros menores ou espaços totalmente alternativos como a sala de estar na residência de um produtor, mas há também atrações cênicas de maior porte nas casas tradicionais, além das montagens de rua que circulam na cidade. Se por um lado a quantidade de opções teatrais é considerável, o que mais se escuta nas conversas entre produtores, diretores e atores é que Recife é uma cidade sem teatros. O Recife conta apenas com 6 teatros públicos para abrigar as produções teatrais: Teatro do Parque, Teatro de Santa Isabel, Teatro Luiz Mendonça, Teatro Barreto Júnior, Teatro Apolo e Teatro Hermilo Borba Filho, porém o primeiro deles está fechado para reforma há 4 anos. O Teatro de Santa Isabel e o Teatro Luiz Mendonça, são os maiores, sendo o segundo mais novo, e mais bem cuidados, são muito disputados para outras artes e espetáculos de fora, o que torna difícil conseguir uma pauta, e além disso, o custo é muito alto para as produções locais. Restam então apenas 3 teatros, com capacidade pequena, somente acessível via edital, o que limita bastante, a apresentação dos grupos não profissionais. As dificuldades de pauta são tantas que algumas casas de espetáculos apostaram num revezamento constante de produções, o que, de certa forma, inviabiliza o sucesso de qualquer empreitada financeira. Alguns teatros particulares tornam-se alternativa para as produções, porém, o alto custo das pautas, torna inviável a manutenção de temporada de espetáculos, nestes teatros privados. Reformar os teatros existentes e construir novos teatros na cidade do Recife é algo fundamental e de extrema importância para conseguirmos ter produções locais de melhor qualidade. Resolver este problema fará com que a gestão tenha uma aprovação maior dos artistas e da população, que irá apoiar as iniciativas de revitalização e ampliação dos teatros recifenses.

NE 8: Ausência de Novos Teatros

Como mencionado no NE 5, existem poucos teatros públicos em Recife. O último teatro construído na cidade, o Teatro Luiz Mendonça, foi inaugurado em 2011 e é um dos teatros com mais alto custo de aluguel na cidade (acima de R\$ 1.000,00 para produções pernambucanas). Passaram-se décadas desde que o último teatro havia sido inaugurado na cidade, e passados estes 5 anos, não existe sequer um projeto para um novo teatro. Isto mostra que as produções locais estão fadadas aos velhos teatros de sempre, com estruturas antigas e precárias, sem conforto para o público.

NE 10: Inexistência de Apoio Financeiro do Município

Atualmente não existe nenhuma possibilidade das produções locais receberem apoio financeiro da Prefeitura do Recife para poderem montar seus espetáculos, limitando a busca por apoio apenas em empresas privadas. Desde 2011, a Prefeitura da Cidade do Recife acabou com o Sistema de Incentivo à Cultura, e desde então, as produções locais não contam com apoio financeiro municipal. O município através dos recursos públicos deveriam estimular e colaborar com a manutenção e criação de espetáculos pelo povo recifense, pelos artistas e produtores locais, visando desenvolver a cultura, a arte, o teatro e gerar emprego e renda para todos os envolvidos direta e indiretamente.

NE 11: Produções com Poucos Recursos Financeiros

A dificuldade em conseguir recursos para as produções é um dos motivos que tornam as mesmas precárias. Com poucos recursos financeiros, toda a produção fica comprometida. Financiar as produções apenas com o dinheiro da bilheteria dos espetáculos é completamente inviável, considerando principalmente, a desvalorização da produção teatral local pela população. Este nó explicativo não pode ser um nó crítico, pois para sua resolução, é necessário que outros nós causais sejam resolvidos.

NE 13: Dificuldade para Conseguir Apoio de Empresas

Apesar de apresentarem produções de qualidade, com projetos bem estruturados, existe uma grande dificuldade para os produtores recifenses conseguirem patrocínios de empresas privadas recifenses. Não existe nenhum trabalho de conscientização e estímulo público para que as empresas apoiem produções locais de teatro. Com isto, as produções esbarram em limitações orçamentárias, calendários financeiros não conectados com o calendário teatral da

cidade, momentos de crise no país, departamentos de marketing locados em outros estados etc. Várias são as dificuldades expostas aos produtores quando os mesmos comparecem às empresas para apresentar seus projetos de montagem e pedidos de patrocínio. Poucas são as empresas que valorizam as produções locais, destinando parte de sua verba de marketing para este fim.

NE 14: Falta de Espaços Publicitários para Divulgação Teatral

Divulgar uma produção local em Recife, pode se resumir a distribuição de folders e a divulgação do espetáculo na agenda cultural da Prefeitura do Recife. Esta agenda é uma publicação muito interessante, mas tem dois problemas: primeiramente sua distribuição não é realizada no início do mês, prejudicando espetáculos que estejam em cartaz neste período; além disso, sua distribuição é limitada aos pontos turísticos da cidade, atingindo principalmente, o público de fora, além da pequena tiragem do material. Os erros na distribuição da agenda cultural do Recife, para atingir ainda mais a população, além da criação de mídias alternativas para a divulgação deste tipo de espetáculo.

NE 15: Pouca Divulgação dos Espetáculos

Quando produções de outros estados brasileiros, compostas por grandes nomes da cena teatral nacional chegam à cidade, elas tomam conta de todos os meios de comunicação. A TV, as rádios e os jornais divulgam os espetáculos e entrevistam os envolvidos. Cartazes, banners, folders e outdoors são espalhados pela cidade quase que obrigando a população a “consumir” aquele produto. As produções teatrais locais têm imensa dificuldade de acesso a estes meios de comunicação e mídias, seja pelo alto custo, pela dificuldade de acesso aos responsáveis ou pela falta de interesse destes meios de comunicação em trabalhar com produtores e artistas locais.

NE 16: Produções Precárias

As produções teatrais recifenses são muito precárias devido a poucos recursos financeiros disponibilizados para tal finalidade, poucas possibilidades de divulgação gratuita para a população, poucos teatros públicos disponíveis para práticas teatrais e existência de poucos artistas qualificados para as produções. Este nó explicativo não pode ser um nó crítico, pois para sua resolução, é necessário que outros nós causais sejam resolvidos.

NÓS CRÍTICOS

NE 3: Falta de Recursos para Formação Artística (NC 1)

Este nó é crítico, pois (1) é um centro prático de ação, ou seja, a Prefeitura do Recife pode atuar de forma prática, direta e efetiva, investindo na formação de artistas através de escolas de artes; além disso, (2) o investimento em formação artística é de grande impacto no problema que declaramos, visto que a falta de artistas capacitados é uma das causas de termos produções locais precárias, causando a desvalorização das mesmas; por fim, (3) é um centro oportuno de ação política, ou seja, sua resolução é viável dentro de um mandato de 4 anos e terá um excelente custo-benefício para a gestão.

NE 5: Ausência de Investimento para Construção e Manutenção de Teatros (NC 2)

Este nó é crítico, pois (1) é um centro prático de ação, ou seja, a Prefeitura do Recife pode atuar de forma prática, direta e efetiva, com a destinação de recursos do orçamento municipal para a manutenção/revitalização dos teatros existentes e criação de novos espaços teatrais; além disso, (2) a manutenção dos teatros existentes e criação de novos espaços teatrais é de grande impacto no problema que declaramos, visto que a falta destes espaços é uma das causas de termos produções locais precárias, pois pode ser necessário investir demais para conseguir realizar espetáculos em teatros privados, e o restante da produção fica com poucos recursos para investir na parte artística e divulgação, causando a desvalorização das mesmas pela população; por fim, (3) é um centro oportuno de ação política, ou seja, sua resolução é viável dentro de um mandato de 4 anos e terá um excelente custo-benefício para a gestão, pois além de movimentar a área artística, isto influencia diretamente no turismo local.

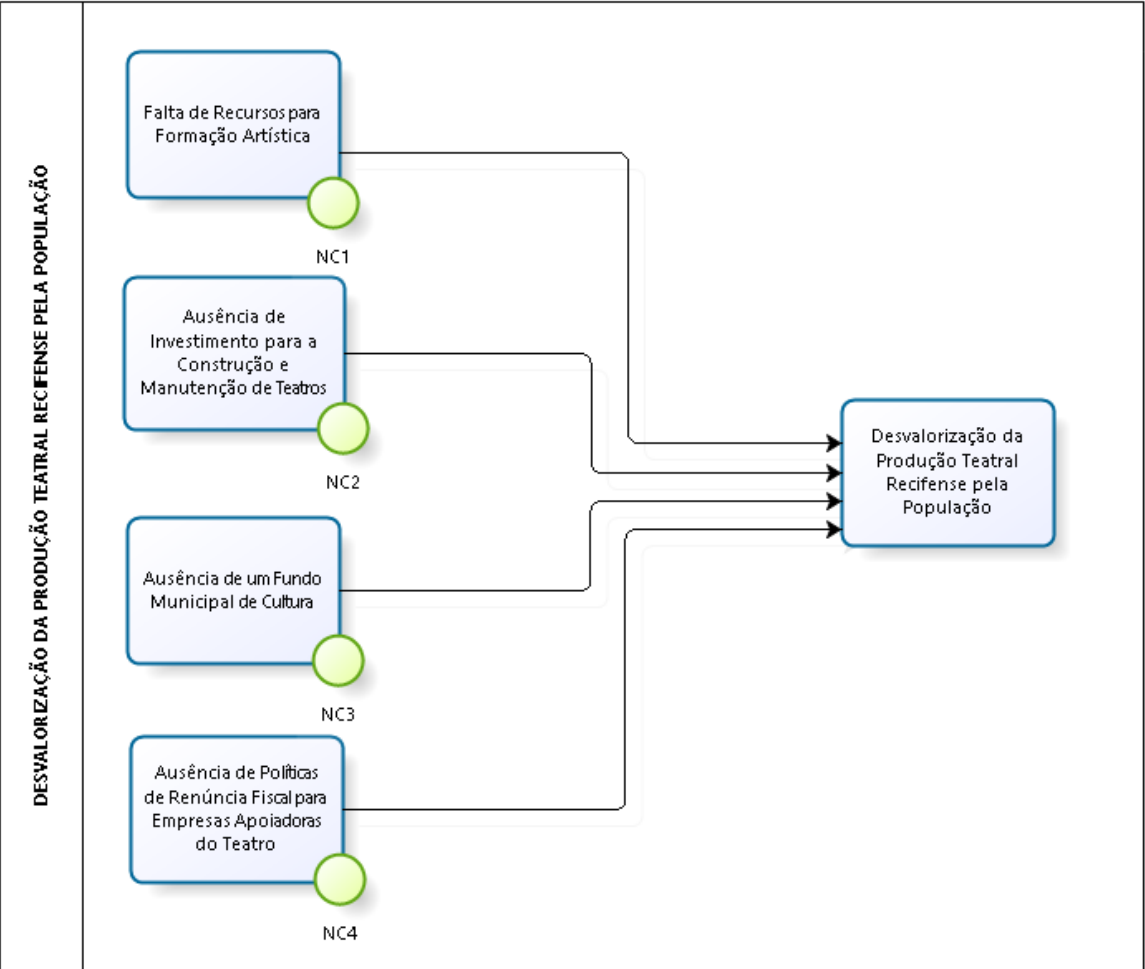
NE 9: Ausência de um Fundo Municipal de Cultura (NC 3)

Este nó é crítico, pois (1) é um centro prático de ação, ou seja, a Prefeitura do Recife pode atuar de forma prática, direta e efetiva, enviando um projeto de lei para a câmara de vereadores instituindo o Fundo Municipal de Cultura, que destina recursos para o segmento teatral; além disso, (2) a criação deste fundo irá possibilitar o financiamento das produções locais pelo poder público, sendo de grande impacto no problema que declaramos, visto que a falta de recursos é uma das causas de termos produções locais precárias, causando a desvalorização das mesmas; por fim, (3) é um centro oportuno de ação política, ou seja, sua resolução é viável dentro de um mandato de 4 anos e terá um excelente custo-benefício para a gestão.

NE 12: Ausência de Políticas de Renúncia Fiscal para Empresas Apoiadoras do Teatro (NC 4)

A Prefeitura do Recife possuía até o ano de 2010, o Sistema de Incentivo à Cultura, que destinava 1% da arrecadação municipal de tributos de empresas para a cultura. Porém, desde 2011, o edital foi cancelado e de lá pra cá, nada mais foi destinado à cultura. Além disso, o fato de destinar recursos para a “cultura”, não garante todos os recursos necessários para o eixo de teatro apenas. Além disso, não há um projeto que contemple os grupos teatrais recifenses considerados estáveis. Com isto, mesmo tendo diversos anos de vida, os grupos passam por diversas crises financeiras e não conseguem produzir com qualidade. Resolver este problema através da criação e aplicação de uma lei que regulamenta a renúncia fiscal do município em prol de produções teatrais recifenses é algo essencial para a resolução do problema da precariedade das produções locais. A Prefeitura do Recife pode atuar de forma prática, direta e efetiva, com a criação de uma lei que permita a renúncia de impostos municipais para empresas que apoiem financeiramente espetáculos produzidos na cidade; além disso, o financiamento das produções locais é de grande impacto no problema que declaramos, visto que a falta de recursos financeiros é uma das causas de termos produções locais precárias, causando a desvalorização das mesmas; por fim, é um centro oportuno de ação política, ou seja, sua resolução é viável dentro de um mandato de 4 anos e terá um excelente custo-benefício para a gestão, que irá se aproximar da classe artística da cidade, a partir do momento que viabiliza recursos financeiros para as produções, bem como para a população, que passa a ver com bons olhos, a dedicação da prefeitura em apoiar, estimular e investir em produções teatrais locais. Resolvendo este problema, o caminho para termos produções locais de maior qualidade se torna mais pleno e factível.

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ÁRVORE DO PROBLEMA



PAINEL 1 - ÁRVORE DO PROBLEMA

Nó Crítico	Ações	Resultado das ações
NC 1 - Falta de Recursos para Formação Artística	<p>A 1.1 - Investimentos para manutenção e ampliação dos serviços prestados pela Escola Municipal de Artes João Pernambuco.</p> <p>A 1.2 – Criação de novas escolas de arte municipais, para profissionalização de artistas amadores e criação de novos artistas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de artistas profissionais recifenses • Aumento do número de vagas em escola de artes no município
NC 2 - Ausência de Investimentos para Construção e Manutenção de Teatros	<p>A 2.1 - Investimentos para manutenção dos teatros públicos municipais existentes</p> <p>A 2.2 – Criação de novos teatros públicos municipais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de teatros públicos municipais • Aumento do número de pautas nestes teatros ocupadas por produções teatrais recifenses
NC 3 - Ausência de um Fundo Municipal de Cultura	<p>A 3.1 – Elaboração e aprovação de uma lei que cria um fundo municipal de cultura que contemple investimento em produções teatrais locais</p> <p>A 3.2 – Destinar os recursos do fundo municipal de cultura para produções teatrais locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lei do Fundo Municipal de Cultura sancionada • Recursos do Fundo Municipal de Cultura sendo aplicados a produções teatrais recifenses
NC 4 - Ausência de Políticas de Renúncia Fiscal para Empresas Apoiadoras do Teatro	<p>A 4.1 – Elaboração e aprovação de uma lei que cria um incentivo fiscal para empresas instaladas no município que desejem patrocinar produções locais</p> <p>A 4.2 – Abertura de edital anual para que as produções possam pleitear recursos destas empresas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Incentivo Fiscal sancionada • Aumento do número de produções teatrais recifenses sendo apoiadas por empresas recifenses

PAINEL 2 - PLANO DE AÇÃO

NC 1: Falta de Recursos para Formação Artística

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 1.1. Destinar recursos para manutenção e ampliação dos serviços prestados pela Escola Municipal de Artes João Pernambuco.	1.1.1 – Inclusão de despesas no orçamento municipal 1.1.2 – Realização das obras de manutenção 1.1.3 – Reabertura da Escola de Artes com mais vagas para artistas	- Financeiros - Políticos - Pessoal capacitado - Tempo	1 ano	Secretaria de Cultura do Recife
A 1.2. Construção de novas escolas de arte municipais, para profissionalização de artistas amadores e criação de novos artistas	1.2.1 – Elaboração dos projetos e orçamento das obras 1.2.2 – Inclusão das despesas no orçamento municipal 1.2.3 – Realização das obras 1.2.4 – Contratação de profissionais qualificados para as Escolas de Arte 1.2.5 – Abertura das Escolas de Arte com vagas para os artistas	- Financeiros - Políticos - Pessoal capacitado - Tempo	1 ano e 6 meses	Secretaria de Cultura do Recife

NC 2: Ausência de Investimentos para Construção e Manutenção de Teatros

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 2.1. Investimentos para manutenção dos teatros públicos municipais existentes	2.1.1 – Inclusão de despesas no orçamento municipal 2.1.2 – Realização das obras de manutenção 2.1.3 – Reabertura dos teatros com mais pautas disponíveis para as produções locais	- Financeiros - Políticos - Tempo	1 ano e 6 meses	Secretaria de Cultura do Recife
A 2.2. Criação de novos teatros públicos municipais	2.2.1 – Elaboração dos projetos e orçamento das obras 2.2.2 – Inclusão das despesas no orçamento municipal 2.2.3 – Realização das obras 2.2.4 – Reabertura dos teatros com mais pautas disponíveis para as produções locais	- Financeiros - Políticos - Tempo	2 anos	Secretaria de Cultura do Recife

NC 3: Ausência de um Fundo Municipal de Cultura

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 3.1. Elaboração e aprovação de uma lei que cria um fundo municipal de cultura que contemple investimento em produções teatrais locais	3.1.1 – Elaboração da lei 3.1.2 – Tramitar, Aprovar e sancionar a lei	- Financeiros - Políticos - Tempo	4 meses	Prefeito da Cidade do Recife
A 3.2. Destinar os recursos do fundo municipal de cultura para produções teatrais locais	3.2.1 – Criação de um edital para as produções se inscreverem 3.2.2 – Destinação dos recursos disponíveis para os aprovados	- Financeiros - Políticos - Tempo	4 meses	Secretaria de Cultura do Recife

NC4: Ausência de Políticas de Renúncia Fiscal para Empresas Apoiadoras do Teatro

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A 4.1. Elaboração e aprovação de uma lei que cria um incentivo fiscal para empresas instaladas no município que	4.1.1 – Elaboração da lei 4.1.2 – Tramitar, Aprovar e sancionar a lei	- Financeiros - Políticos - Tempo	4 meses	Prefeito da Cidade do Recife

desejem patrocinar produções locais				
A 4.2. Abertura de edital anual para que as produções possam pleitear recursos destas empresas	<p>4.2.1 – Trabalho de conscientização das empresas para os benefícios de destinar recursos para produções teatrais locais</p> <p>4.2.2 – Criação de um edital para as produções teatrais locais pleitearem os recursos</p> <p>4.2.2 – Destinação dos recursos disponíveis para os aprovados</p>	<p>- Financeiros</p> <p>- Políticos</p> <p>- Tempo</p>	8 meses	Secretaria de Cultura do Recife

PAINEL 3 - ANÁLISE DE ATORES

Ação 1.1 - Investimentos para manutenção e ampliação dos serviços prestados pela Escola Municipal de Artes João Pernambuco.

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Vereadores	Orçamento Municipal	Pode haver veto do prefeito	Destinar recursos do orçamento para a ação	Não destinar recursos do orçamento	Mostrar a importância social e política da aprovação do orçamento
Classe Artística	Apoio da classe artística	Classe pode não ser totalmente unida	Pressão popular para a realização da ação	Não cobrando a realização da ação	Mostrar que a prefeitura está trabalhando pela aprovação do orçamento
Ministério da Cultura	Recursos financeiros para apoiar a ação	Muitos governos municipais e estaduais solicitando recursos	Recursos para a ação	Não destinando recursos para a ação	Enviar projeto e mostrar a importância da obra para o município

Ação 1.2 - Criação de novas escolas de arte municipais, para profissionalização de artistas amadores e criação de novos artistas

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Vereadores	Voto do Orçamento Municipal	Pode haver veto do prefeito	Destinar recursos do orçamento	Não destinar recursos do orçamento	Mostrar a importância da aprovação do orçamento
Classe Artística	Apoio da classe artística	Classe pode não ser totalmente unida	Pressão popular	Não cobrando a realização da ação	Mostrar que a prefeitura está trabalhando pela aprovação do

					orçamento
Ministério da Cultura	Recursos financeiros para apoiar a ação	Muitos governos municipais e estaduais solicitando recursos	Recursos para a ação	Não destinando recursos para a ação	Enviar projeto e mostrar a importância da obra para o município

Ação 2.1- Investimentos para manutenção dos teatros públicos municipais existentes

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Vereadores	Orçamento Municipal	Pode haver veto do prefeito	Destinar recursos do orçamento para a ação	Não destinar recursos do orçamento	Mostrar a importância social e política da aprovação do orçamento
Classe Artística	Apoio da classe artística	Classe pode não ser totalmente unida	Pressão popular para a realização da ação	Não cobrando a realização da ação	Mostrar que a prefeitura está trabalhando pela aprovação do orçamento
Ministério da Cultura	Recursos financeiros para apoiar a ação	Muitos governos municipais e estaduais solicitando recursos	Recursos para a ação	Não destinando recursos para a ação	Enviar projeto e mostrar a importância da obra para o município

Ação 2.2 - Criação de novos teatros públicos municipais

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Vereadores	Orçamento Municipal	Pode haver veto do prefeito	Destinar recursos do orçamento para a ação	Não destinar recursos do orçamento	Mostrar a importância social e política da aprovação do orçamento
Classe Artística	Apoio da classe artística	Classe pode não ser totalmente unida	Pressão popular para a realização da ação	Não cobrando a realização da ação	Mostrar que a prefeitura está trabalhando pela aprovação do orçamento
Ministério da Cultura	Recursos financeiros para apoiar a ação	Muitos governos municipais e estaduais solicitando recursos	Recursos para a ação	Não destinando recursos para a ação	Enviar projeto e mostrar a importância da obra para o município

Ação 3.1 - Elaboração e aprovação de uma lei que cria um fundo municipal de cultura que contemple investimento em produções teatrais locais

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário de Cultura	Conhecimento técnico	Apenas propõe a lei, não pode aprova-la	Propondo uma lei que cria o fundo, favorecendo os artistas e sem	Propondo uma lei que não atenda as expectativas da classe artística	Orientar de forma a construir a lei que a classe artística espera e que não prejudique as finanças municipais

			prejudicar o município		
Vereadores	Aprovação das leis	Pode haver veto do prefeito	Aprovando a lei ou modificando-a para atender ainda mais a classe artística	Não aprovar a lei ou descaracterizá-la com mudanças	Mostrar a importância social e política da aprovação do orçamento
Classe Artística	Apoio da classe artística	Classe pode não ser totalmente unida	Pressão popular para a realização da ação	Não cobrando a realização da ação	Construir a lei juntamente com a classe

Ação 3.2 - Destinar os recursos do fundo municipal de cultura para produções teatrais locais

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário de Cultura	Conhecimento técnico	Orçamento disponível não pode apoiar todas as produções locais	Realizando a destinação dos recursos para as produções selecionadas	Não fazendo uma seleção adequada ou deixando de realizar a destinação dos recursos	Monitorando as atividades da pasta para verificar se as metas estão sendo atingidas
Vereadores	Poder fiscalizador	Falta de acesso irrestrito às decisões da pasta	Solicitando informações e fiscalizando a destinação dos recursos	Não fiscalizando quando a pasta não estiver cumprindo os deveres	Mostrar a importância do papel do vereador na fiscalização do fundo municipal

Classe Artística	Apoio da classe artística	Classe pode não ser totalmente unida	Pressão popular para a realização da ação	Não cobrando a realização da ação	Criando um conselho consultivo e fiscalizador para a ação
------------------	---------------------------	--------------------------------------	---	-----------------------------------	---

Ação 4.1 - Elaboração e aprovação de uma lei que cria um incentivo fiscal para empresas instaladas no município que desejem patrocinar produções locais

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Vereadores	Poder de elaborar leis	Pode haver veto do prefeito	Propondo uma lei que cria o incentivo fiscal para empresas apoiadoras das produções locais	Propondo uma lei que não atenda as expectativas da classe artística	Orientar de forma a construir a lei que a classe artística espera e que não prejudique as finanças municipais, nem as empresas
Empresários Municipais	Recursos financeiros	Limitações impostas pela lei	Destinando recursos financeiros de impostos municipais para produções locais	Não se interessando pelo assunto	Mostrando quão importante é o apoio das empresas para a cultura local
Secretaria de Finanças Municipal	Conhecimento técnico da realidade financeira municipal	Limitações impostas pela lei e baixo poder para cobrar	Analisando quanto de renúncia o município pode destinar a ação	Não pensando na saúde financeira do município e não atendendo as expectativas da classe.	Mostrando a importância de apoiar os projetos teatrais locais

Ação 4.2 - Abertura de edital anual para que as produções possam pleitear recursos destas empresas

Ator	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Secretário de Cultura	Conhecimento técnico	Poucas empresas interessadas na parceria	Buscando parceria com as empresas e construindo o edital junto com a classe artística	Não se esforçando pra firmar o maior número de parcerias possíveis	Mostrar a importância e o protagonismo do seu papel na ação
Vereadores	Poder fiscalizador	Falta de acesso irrestrito às decisões da pasta	Solicitando informações e fiscalizando a destinação dos recursos	Não fiscalizando quando a pasta não estiver cumprindo os deveres	Mostrar a importância do papel do vereador na fiscalização do fundo municipal
Classe Artística	Apoio da classe artística	Classe pode não ser totalmente unida	Pressão popular para a realização da ação	Não cobrando a realização da ação	Criando um conselho consultivo e fiscalizador para a ação

PAINEL 4 - ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES

NC 1: Falta de Recursos para Formação Artística

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Não. As ações propõem a ampliação das atividades na Escola Municipal de Artes João Pernambuco (EMAJP) e a criação de novas escolas de arte, ou seja, os efeitos destas ações serão positivos.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	<ul style="list-style-type: none">• O conhecimento técnico e jurídico para as atividades que envolvem a legislação são de extrema importância para o sucesso do projeto. É preciso um trabalho bem conciso e detalhado no que se refere a elaboração do orçamento municipal que destinará recursos para manutenção da EMAJP, bem como construção de novas unidades;• Serão necessários técnicos de engenharia civil para elaboração dos projetos de ampliação da EMAJP e de construção das novas escolas. É preciso ter atenção especial para que os projetos não causem transtornos para a população, como dificuldade de acesso, desapropriação de imóveis residenciais e problemas ambientais.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	<p>A dependência grande dos parlamentares municipais para aprovar o orçamento municipal que destinará recursos para manutenção da EMAJP, bem como construção de novas unidades.</p> <p>Reuniões constantes de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Vereadores e a Classe Artística), pode ser a solução, pois este comitê estará sempre em sintonia, demonstrando a importância da elaboração da legislação citada, para atender os anseios da classe artística.</p>

4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Criação de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Vereadores e a Classe Artística), com os objetivos de demonstrando a importância da elaboração da legislação citada, para atender os anseios da classe artística.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Além dos recursos que serão dotados no orçamento municipal para as obras, pode-se captar recursos via Ministério da Cultura.

NC 2: Ausência de Investimento para Construção e Manutenção de Teatros

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Não. As ações propõem a realização de obras de manutenção nos teatros municipais existentes e na criação de novos teatros, ou seja, os efeitos destas ações serão positivos.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	<ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento técnico e jurídico para as atividades que envolvem a legislação são de extrema importância para o sucesso do projeto. É preciso um trabalho bem conciso e detalhado no que se refere a elaboração do orçamento municipal que destinará recursos para manutenção dos teatros municipais existentes e para a criação de novos teatros na cidade; • Serão necessários técnicos de engenharia civil e de artes cênicas para elaboração dos projetos de manutenção dos teatros existentes e para a construção de novos teatros. É preciso ter atenção especial para que os projetos não causem transtornos para a população, como dificuldade de acesso, desapropriação de imóveis residenciais e problemas ambientais.

<p>3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>A dependência grande dos parlamentares municipais para aprovar o orçamento municipal que destinará recursos para manutenção dos teatros existentes, bem como construção de novos teatros.</p> <p>Reuniões constantes de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Vereadores e a Classe Artística), pode ser a solução, pois este comitê estará sempre em sintonia, demonstrando a importância da elaboração da legislação citada, para atender os anseios da classe artística.</p>
<p>4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?</p>	<p>Criação de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Vereadores e a Classe Artística), com os objetivos de demonstrando a importância da elaboração da legislação citada, para atender os anseios da classe artística.</p>
<p>5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?</p>	<p>Além dos recursos que serão dotados no orçamento municipal para as obras, será necessário captar recursos via Ministério da Cultura, que detém verbas destinadas a esta finalidade.</p>

NC 3: Ausência de um Fundo Municipal de Cultura

<p>Perguntas orientadoras:</p>	<p>Análise da equipe</p>
<p>1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?</p>	<p>Caso as ações não sejam tocadas em um grupo de trabalho que envolva Prefeito, Secretário de Cultura, Secretário de Finanças, Vereadores e a Classe Artística, pode acontecer de que a destinação de recursos financeiros para produções teatrais locais cause um déficit financeiro municipal, principalmente ao destinar recursos para o Fundo Municipal de Cultura. Porém, está mais que evidente que é praticamente impossível levar a cidade a um caos, visto que seria apenas</p>

	um ajuste financeiro da área cultural, para que os recursos sejam melhor e mais efetivamente distribuídos na área.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	<ul style="list-style-type: none"> • O conhecimento técnico e jurídico para as atividades que envolvem a legislação são de extrema importância para o sucesso do projeto. É preciso um trabalho bem conciso e detalhado no que se refere a elaboração da lei do fundo municipal de cultura; • A boa gerência da execução do Fundo Municipal de Cultura é um aspecto político que deve ser fiscalizado de perto.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	<p>A dependência grande dos parlamentares municipais para aprovar a lei que criará o Fundo Municipal de Cultura.</p> <p>Reuniões constantes de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Secretário de Finanças, Vereadores e a Classe Artística), pode ser a solução, pois este comitê estará sempre em sintonia, tendo por objetivo, debater, propor, criar, monitorar e fiscalizar a execução das ações.</p>
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Criação de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Secretário de Finanças, Vereadores e a Classe Artística), com os objetivos de debater, propor, criar, monitorar e fiscalizar a execução das ações.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Além dos recursos que serão dotados no orçamento municipal para o Fundo Municipal de Cultura, serão necessárias transferências da união via Ministério da Cultura e transferências do governo do estado.

NC4: Ausência de Políticas de Renúncia Fiscal para Empresas Apoiadoras do Teatro

Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Críticos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Não. As ações propõem a elaboração de uma lei de renúncia fiscal de empresas instaladas no município e a liberação dos recursos arrecadados via renúncia fiscal para produções locais, ou seja, os efeitos destas ações serão positivos.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	<ul style="list-style-type: none">• O conhecimento técnico e jurídico para as atividades que envolvem a legislação são de extrema importância para o sucesso do projeto. É preciso um trabalho bem conciso e detalhado no que se refere a elaboração da lei do fundo municipal de cultura;• O esforço a ser realizado de incentivo para participação das empresas recifenses é um aspecto político que deve ser trabalhado com afinco.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	<p>O não envolvimento das empresas recifenses neste programa de renúncia fiscal pode levar o projeto ao fracasso.</p> <p>Realizar ações de esclarecimento, incentivo e divulgação do programa, é essencial para o sucesso do projeto.</p>
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	<ul style="list-style-type: none">• Criação de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Secretário de Finanças, Vereadores e a Classe Artística), com os objetivos de debater, propor, criar, monitorar e fiscalizar a execução das ações;• A criação de uma equipe de trabalho que realize o esclarecimento do programa para empresas, incentive sua participação e divulgue o programa, é essencial para o sucesso do

	projeto.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Os recursos disponíveis para a realização do projeto são totalmente dependentes das empresas privadas instaladas na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, pudemos perceber todos os fatores que causam a desvalorização da produção teatral local pela população recifense. Além da pouca divulgação ocasionada pela ausência de espaços publicitários comprometidos com a cultura, a falta de recursos financeiros para as produções, a falta de espaços públicos destinados à prática teatral e o pouco investimento em formação artística no município, são os fatores críticos para a situação atual do problema.

Para solucionarmos o problema, algumas ações se fazem necessárias e são ações que são palpáveis e possíveis de serem realizadas. São elas: investimento para manutenção e ampliação dos serviços prestados pela Escola Municipal de Artes João Pernambuco; criação de novas escolas municipais de arte, para a profissionalização de artistas amadores e criação de novos artistas; investimento para a manutenção dos teatros públicos municipais existentes; construção de novos teatros públicos municipais; elaboração e aprovação de uma lei que cria um Fundo Municipal de Cultura que contemple investimentos em produções teatrais locais; destinar recursos do Fundo Municipal de Cultura para as produções locais; elaboração e aprovação de uma lei que cria um incentivo fiscal para empresas instaladas no município que desejem patrocinar produções locais; abertura de edital anual para que as produções possam pleitear recursos destas empresas.

Para que as ações possam ser bem realizadas, fez-se necessário uma análise de todos os atores envolvidos, onde pudemos ver os recursos que controlam, as limitações e vulnerabilidades, como pode contribuir, como pode prejudicar e como atuar em relação a cada um dos atores. Isto foi de extrema importância para que se tivesse uma visão horizontal de todos os envolvidos no projeto e como o trabalho político pode se materializar em eficácia na realização das ações propostas no projeto.

Analisando os riscos e as fragilidades, pudemos levantar o ponto fraco do projeto; os efeitos indesejáveis; os aspectos técnicos, jurídicos e políticos que podem atrapalhar; a necessidade de recursos e o que se pode fazer para garantir a implementação das ações propostas. De maneira geral, vimos que a criação de um comitê formado pelos diversos atores envolvidos (Prefeito, Secretário de Cultura, Secretário de Finanças, Vereadores e a Classe Artística), com os objetivos de debater, propor, criar, monitorar e fiscalizar a execução das ações do projeto, é algo essencial e fundamental para o sucesso do projeto. Sem a criação deste comitê, não

haverá coesão no trabalho, não haverá o entendimento de todos os atores para a construção de melhores propostas, não haverá a satisfação plena de todos os envolvidos, e não haverá a correta fiscalização necessária em todo o projeto.

Pudemos perceber que a construção de uma parceria entre os meios de comunicação municipais, como TV, rádio, jornais e empresas detentoras de outdoor é algo bastante interessante. Estas parcerias podem fazer parte da lei de renúncia fiscal, cuja criação é proposta deste projeto. Com isto, estas empresas teriam maior interesse e possibilidades de divulgar e disseminar a produção teatral local, atingindo portanto, um grandioso número de munícipes, causando um impacto positivo no que se refere a estimular o consumo dos espetáculos teatrais locais pela população.

Vimos também que, com a solução deste problema e a consequente ampliação do número de produções teatrais locais apoiados pela gestão municipal, alguns direitos sociais terão uma forte contribuição vinda do teatro local. O teatro é uma forma de levar educação para as pessoas, caso seja bem explorado e trabalhado, ou seja, é mais uma forma de educar nossas crianças, jovens e adultos. Além disso, com o investimento em formação artística através de escolas municipais de arte, mais pessoas estarão aptas para trabalhar em produções teatrais locais, gerando emprego e renda para a classe artística, contribuindo para atender mais um direito social: o direito ao trabalho. Por fim, o principal direito social que será transformado e ampliado é o direito ao lazer. A partir do momento que mais produções de qualidade são realizadas na cidade a um baixo custo, visto que são apoiadas por recursos públicos, mais opções de lazer estarão acessíveis para os munícipes.

Com tudo isto, pudemos perceber que o projeto aqui proposto é possível de ser realizado pela gestão municipal, contanto com a participação de todos os interessados. Além de beneficiar a classe artística, a população também é beneficiada por maior acesso à cultura municipal. Realizando este projeto, o benefício político para a gestão é imensurável visto que o público-alvo atingido pode se estender a toda a população municipal. Realizar este projeto atingirá a cultura, o lazer, a educação, e a geração de emprego e renda, itens fundamentais que toda gestão democrática de esquerda deve trabalhar, pensando sempre nas pessoas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 6ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2011, p. 789.

Cultura - Carta ao Povo do Recife pela Retomada e Fortalecimento das Políticas Públicas da Cultura na Cidade do Recife. Disponível em: <http://pernambuco.ig.com.br/cultura/2014/cancelamentos-e-esvaziamento-retrato-da-cultura-do-recife>, acesso em 23 de fevereiro de 2015.

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. **Gestão Estratégica em Políticas Públicas**. Editora Alínea. São Paulo, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder, Uma análise da Mídia**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, 142 pág. Disponível em <http://blogosfero.cc/pos-graduacao-fpa/gepp/turma-3/ua-17/simulacro-e-poder-marilenachauui.pdf>, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Lei Orçamentária Anual do Município do Recife 2013. Disponível em http://portaltransparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/loa_2013.pdf, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Lei Orçamentária Anual do Município do Recife 2014. Disponível em http://portaltransparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/loa_2014.pdf, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Lei Orçamentária Anual do Município do Recife 2015. Disponível em http://portaltransparencia.recife.pe.gov.br/uploads/pdf/LOA_2015_1d76dd703f19852ce5dbe8ddc3a32049.pdf, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

MALFITANO, Ana Paula. **Integração das Políticas Sociais de Proteção Social**. Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em <http://blogosfero.cc/pos-graduacao-fpa/gepp/turma-3/ua-15/politicas-de-protecao-social-ana-malfitano.pdf>, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Plano Municipal de Cultura do Recife 2009-2019. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/457.pdf>, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

Realidade e Diversidade: Um mapeamento dos grupos de teatro no Brasil. Disponível em <http://galpaocinehorto.com.br/wp-content/uploads/2013/09/subtexto4.pdf>, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª ed. Rev. E atual. – São Paulo: Saraiva, 2012, p. 837.

Teatros Municipais Recifenses. Disponível em <http://www2.recife.pe.gov.br/pcrservicos/teatros-municipais/>, acesso em 20 de fevereiro de 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Recife em “Realidade e Diversidade: Um mapeamento dos grupos de teatro no Brasil”

O texto selecionado para esta atividade é denominado “Realidade e Diversidade: Um mapeamento dos grupos de teatro no Brasil” e está disponível na Revista de teatro do Galpão Cine Horto. Neste texto um capítulo é dedicado a Pernambuco: “Teatro pernambucano aperta-se para mostrar a cara”, escrito pelo ator, jornalista, pesquisador teatral, organizador do projeto Memórias da Cena Pernambucana Leidson Ferraz.

O autor é muito feliz em suas colocações e análise da situação teatral no Estado, em especial na capital Recife. O número de produções teatrais em cartaz é sempre grande, porém isto maquia a realidade. Grande parte das montagens são modestas, ocupam teatros menores ou espaços alternativos, a dificuldade de se conseguir pauta nos teatros recifenses é imensa, a ponto de haver um revezamento de produções, o que dificulta e muito o sucesso.

Esta situação faz com que muitos grupos locais não sobrevivam e os que continuam na ativa muitas vezes mantêm apresentações esporádicas de uma única montagem.

Os poucos fundos de investimento existentes (apenas dois) também são apontados como um grande problema para o desenvolvimento de produções teatrais no Estado.

O texto pesquisado deixa claro a importância do tema tratado em nosso Trabalho de Conclusão de Curso e a necessidade de ações para de políticas públicas para resolver o problema da “Desvalorização da Produção Teatral Recifense”.

APÊNDICE 3: Teatro, arte, cultura e os direitos sociais

Segundo André Ramos Tavares, direitos sociais são direitos que exigem do Poder Público uma atuação positiva, na implementação da igualdade social dos menos favorecidos. Uadi Lammêgo Bulos esclarece que o Estado, que têm a incumbência de realizar serviços para concretizar os direitos sociais, e acrescenta que sua finalidade é beneficiar os hipossuficientes, assegurando-lhes situação de vantagem, direta ou indireta, a partir da realização da igualdade real. A arte, o teatro e a cultura estão intimamente ligados com três direitos sociais: educação, trabalho e lazer.

O direito à educação tem por sujeito passivo o Estado e a família. O Estado tem o dever de promover políticas públicas de acesso à educação de acordo com os princípios elencados na própria Constituição Federal. O direito ao trabalho, isto é, de ter um trabalho ou de trabalhar, é o meio mais expressivo de se obter uma existência digna, e está previsto na Constituição Federal como um direito social, e não mais como uma obrigação social. O direito ao lazer diz que o Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. Tal direito está relacionado com o direito ao descanso dos trabalhadores, ao resgate de energias para retomada das atividades.

O teatro é uma ferramenta que pode ser usada para levar educação para a população. Transformar a educação através do teatro é uma das posturas que podem ser tomadas pelas gestões para atender duas áreas de uma só vez: a educação e a cultura (teatro). Além disso, estimular o teatro, amplia a garantia de outro direito social que é o trabalho. Estimular o desenvolvimento da produção teatral local, estimula a geração de emprego e renda. Por fim, o crescimento do teatro estimula bastante, a garantia do direito social ao lazer. A partir do momento que se proporciona mais opções de lazer na cidade, a um custo mais baixo, a população pode ter seu direito atendido mais facilmente.

Estimular a produção teatral local, garantindo viabilidade financeira para que ela se realize, no espaço adequado e com atores profissionais proporciona condições para que a gestão amplie fortemente as chances de atendimento aos direitos sociais de educação, trabalho e lazer. O teatro é, sem sombra de dúvidas, um caminho não apenas cultural, mas principalmente, de realização social da população.

APÊNDICE 3: As produções teatrais recifenses e os meios de comunicação

As produções teatrais locais têm um grande entrave a ser resolvido cuja resolução é extremamente importante para estimular a população recifense a prestigiar e valorizar estas produções. Quando produções de outros estados brasileiros, composta por grandes nomes da cena teatral chegam à cidade, elas tomam conta de todos os meios de comunicação. A TV, as rádios e os jornais divulgam os espetáculos e entrevistam os envolvidos. Cartazes, banners, folders e outdoors são espalhados pela cidade quase que obrigando a população a “consumir” aquele produto.

Em caráter inverso, as produções teatrais locais têm imensa dificuldade de acesso a estes meios de comunicação e mídias, seja pelo alto custo, seja pela dificuldade de acesso aos responsáveis, seja pelo interesse destes meios de comunicação em trabalhar com produtores e artistas locais. Divulgar uma produção local em Recife, pode se resumir a distribuição de folders e a divulgação do espetáculo na agenda cultural da Prefeitura do Recife. Esta agenda é uma publicação muito interessante, mas tem dois problemas: primeiramente sua distribuição não é realizada no início do mês, prejudicando espetáculos que estejam em cartaz neste período; além disso, sua distribuição é limitada aos pontos turísticos da cidade, atingindo principalmente, o público de fora.

A prefeitura pode corrigir os erros na distribuição da agenda cultural do Recife, para atingir ainda mais a população, além da criação de mídias alternativas para a divulgação deste tipo de espetáculo.

Para que os meios de comunicação possam colaborar com a efetivação de ações transformadoras propostas por gestões de esquerda, faz-se necessário a realização de uma parceria. A inclusão das empresas de comunicação como possíveis parceiras das produções via lei municipal de incentivo e renúncia fiscal é uma forma possível. Garantir uma renúncia fiscal destas empresas que toquem divulgar e difundir a produção e os artistas locais, pode ser a saída para a resolução deste problema.

Isto tudo vai contribuir positivamente para a valorização da produção teatral recifense pela população recifense.

APÊNDICE 4: Avaliação Governamental e Formação da Opinião Pública: A Gestão das Políticas do Teatro Recifense.

Atualmente, a gestão municipal à frente da Prefeitura do Recife está bastante desgastada perante a classe artística e perante a população. A falta de uma política de valorização do teatro na cidade culmina numa total desvalorização da produção teatral recifense, perante a população.

Perante todos os problemas citados neste trabalho, podemos destacar que a avaliação que a classe artística teatral recifense é negativa. Segundo os artistas locais, em carta recentemente enviada ao executivo municipal com avaliação da gestão cultural da cidade, vários fatores são elencados como cruciais para a situação atual da cultura do Recife, como:

- Cancelamento do Festival Recife do Teatro Nacional;

- Plano Municipal de Cultura de Recife não vem sendo cumprido;
- Teatros abandonados e fechados pra reforma há anos;
- Diminuição do orçamento da cultura anualmente;

Além disso, vemos com frequência, o questionamento daqueles que desejam se tornar artistas profissionais, que existem poucas opções de formação. O abandono da única instituição de formação em artes da cidade, mostra o descaso da gestão.

Constantemente, os artistas estão se posicionando publicamente na mídia, de forma a questionar o planejamento estratégico em cultura da cidade. Além disso, a opinião pública tem-se mostrado muito bem alinhado com a avaliação da classe artística, ou seja, que a cultura não deve ser prioridade do governo.

O governo não tem se esforçado para mostrar que existe um saldo positivo no balanço político da gestão na área de cultura, sem atuar positivamente em prol do teatro recifense, o peso contrário a sua gestão só aumenta. Também temos visto que não existe um sinal favorável no balanço geral dos indicadores econômicos e financeiros da cultura, afinal, se fosse do interesse da gestão, todas as ações propostas neste trabalho alavancam a geração de emprego e renda. Por fim, a não priorização da questão teatral pela gestão, provoca um desequilíbrio na balança de intercâmbio de problemas, ou seja, com o não investimento na área teatral, vários outros problemas se alastram pela sociedade, como a violência, as drogas, a baixa escolaridade e o desemprego, tudo isto levado para uma juventude que poderia se envolver com as artes, mas lhes faltam oportunidades.

Podemos analisar o prefeito da capital, não tem capacidade para gerir a área cultural da cidade, pois não tem uma postura de diálogo aliada à capacidade de decisão no tempo oportuno, vemos isto pois nenhuma decisão é articulada e discutida com a classe artística, tudo é feito dentro do gabinete e comunicado posteriormente, contribuindo negativamente para a avaliação da gestão. Além disso, o prefeito não tem nenhum equilíbrio no enfrentamento de conflitos e crises, nem paciência para ouvir a população, visto que após a reação da classe artística, ele praticamente se isola e não se posiciona na mídia, nem perante os artistas.

A população recifense e a classe artística avaliam a gestão recifense, exigindo uma melhor utilização dos recursos alocados no orçamento municipal de cultura, cobrando os compromissos assumidos em campanha perante o movimento cultural, e solicitando o atendimento das demandas do segmento.

Se compararmos a atual gestão com as 3 gestões anteriores, vemos o total descaso com as políticas culturais, destacando a das artes cênicas. Em relação ao que foi planejado, vemos também que pouco do que se prometeu foi cumprido, mostrando falta de competência no planejamento e execução das políticas.

Realizando as ações propostas em nosso trabalho, a Prefeitura do Recife pode virar o jogo, trazendo a classe artística e a opinião pública para o lado do gestor e de todos os atores envolvidos, o prefeito, os vereadores e os secretários envolvidos. Com isto, a avaliação da gestão pode se beneficiar desde o diagnóstico inicial do problema da área teatral da cidade, quando se definem as diretrizes para a formulação das políticas públicas necessárias e adequadas; no processo decisório, quando se apresentam alternativas de ação para a resolução dos problemas; durante a implementação das ações, quando é necessário monitorar os resultados obtidos ao longo do processo; e por fim, ao término da política pública, para avaliar os resultados obtidos e comparar com o que foi planejado.

Trazer a classe artística e a população para o debate e construção das ideias e soluções dos problemas, é fundamental para que a avaliação da gestão no segmento teatral seja justa e coerente, e claro, positiva, com a implementação das ações necessárias e desejadas por todos.